

ERMIDA DO PAIVA: ARQUITETURA E IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NA SERRA DE MONTEMURO

CLÁUDIA GONÇALVES LOPES CUNHA*

Resumo: Apontada como casa da Ordem Premonstratense em Portugal, a Ermida do Paiva (Castro Daire), situada na serra de Montemuro, é um testemunho significativo das ligações complexas entre arquitetura e território, na época românica. Uma preexistência eremítica, a proximidade a vias, as potencialidades agrícolas do local, ajudam-nos a compreender a implantação monástica – a qual reflete os processos de ocupação e organização do território português, coevos da formação da nacionalidade.

Pelas suas características singulares – as suas siglas, as influências do Centro-Oeste de França –, a Ermida é uma obra importante para a investigação sobre as filiações estilísticas e os processos de transferência das formas na arquitetura da época românica; e ainda para aprofundar o conhecimento acerca do impacto dos grandes obradouros cistercienses na região nos séculos XII e XIII.

Palavras-chave: Arquitetura românica; Implantação; Território.

Abstract: Ermida do Paiva (Castro Daire), located in serra de Montemuro, and referred as house of the Premonstratensian Order in Portugal, is an example of the complex ties between architecture and landscape in the romanesque era. In order to understand its territorial implantation, we must consider a first settlement of eremites, the proximity to roads, the agricultural potential of the site; it reflects the processes of territorial occupation at the time, when the novel kingdom of Portugal was being shaped.

Because of its singular aspects – the lapidary marks, the influence of the Centre-West of France on its architecture –, Ermida is an important subject for the investigation of the formal connection between buildings and the artistic transmission (circulation of models) in the context of romanesque architecture; it is also relevant to understand the impact of the constructions of the Cistercian Order in the region, during the 12th and 13th centuries.

Keywords: Romanesque architecture; Territorial implantation.

* FLUP. claudialopeskunha@gmail.com.

A Ermida do Paiva (Castro Daire), também designada *Templo das Siglas*¹, deve a sua fortuna crítica aos textos que ao seu estudo consagrou Aarão de Lacerda (1890-1947), como apontado por Lúcia Rosas, Leonor Botelho e Nuno Resende². Estes autores chamaram a atenção para as questões que o mosteiro medieval ainda coloca à historiografia da arte, evidenciando-se os contributos dados, sobretudo, por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996). Com efeito, Ferreira de Almeida salientou a relevância da Ermida considerando tratar-se de um «monumento com qualidades e lições que o singularizam dentro da nossa arquitectura românica»³.

Na problemática da fundação monástica e da filiação em Prémontré subsistem várias dúvidas, dada a escassez das fontes e as lacunas de informação que a documentação medieval sobre a Ermida patenteia. O documento mais remoto é uma carta de 1145 através da qual D. Afonso Henriques doou uma propriedade situada na Foz do Douro a Roberto e seus confrades da ermida de Riba Paiva⁴. A tese da fundação premonstratense foi questionada por Norbert Backmund⁵, que frisou que os textos medievais não fazem qualquer menção aos Premonstratenses na Ermida, datando do século XVI a primeira documentação que assegura a filiação em Prémontré ainda no século XII. Como observado por L. Rosas, L. Botelho e N. Resende, a leitura da inscrição de sagração do templo, de Mário Barroca⁶, indica a presença de um cônego daquela Ordem no ato celebrado em 1214 – parecendo, assim, permanecer como único registo coevo da presença de Premonstratenses na Ermida.

Se nada conhecemos sobre D. Roberto – um eremita, um religioso, um nobre? Com ligação aos Premonstratenses? Com origens forâneas? –, a sua importância ficou assinalada na inscrição funerária que, na cabeceira do templo, recorda o seu desaparecimento em 1160⁷. A documentação portuguesa continuaria a referir-se ao mosteiro como *eremitério* ou *ermida de D. Roberto* ao longo dos séculos XIII e XIV⁸, evidenciando como aquela figura terá sido marcante no processo de fundação e desenvolvimento da casa religiosa. Mas as fontes documentais fornecem outros dados importantes para a compreensão das lógicas e motivações da implantação monástica: a existência de uma estrutura prévia no local, de carácter eremítico, e o apoio e proteção concedidos pelo poder régio e nobreza.

¹ LACERDA, 1919.

² ROSAS *et al.*, 2013: 245-248.

³ ALMEIDA, 2001: 128.

⁴ Pub. em AZEVEDO, 1958 (doc. 211).

⁵ BACKMUND, 1959: 416-441.

⁶ BARROCA, 1995 (vol. II, inscrição n.º 273).

⁷ BARROCA, 1995 (vol. II, inscrição n.º 105).

⁸ GOMES, 2000: 57-58.

José Mattoso, ao relacionar a posição geográfica de um grupo de eremitérios (Entre-Douro-e-Minho e Beiras) com a situação do povoamento durante a primeira metade do século XII, concluiu que o movimento eremítico se tornou «(n)uma das formas que entre nós se adoptaram para fixar os habitantes em lugares de fraca densidade humana»⁹; o que explica que a autoridade régia tenha favorecido os eremitas com privilégios importantes e gratuitos, como é o caso da doação que o primeiro monarca português fez aos eremitas de Riba Paiva¹⁰. Refere J. Mattoso que os anacoretas medievais procuraram sítios desertos mas que se localizassem junto ou perto de estradas e burgos, e não tanto o isolamento absoluto – o que se revelaria imprescindível para obterem géneros e utensílios indispensáveis à sua subsistência mas também fundamental para o desempenho de funções assistenciais¹¹. No caso da Ermida, a implantação na bacia hidrográfica do Paiva facilitaria o acesso à via que seguia ao longo deste vale, permitindo ir de Viseu até Entre-os-Rios¹²; por outro lado, situava-se relativamente próxima de Castro Daire, povoação junto da qual passava a via que ligava o norte e o sul do território.

A obrigatoriedade dos religiosos se ocuparem da receção e hospitalidade de pobres e peregrinos consta da carta de proteção concedida à Ermida por um Legado do Papa em 1173¹³. A carta de doação de D. Afonso Henriques faz referência às relíquias da Virgem e do arcanjo Miguel no eremitério junto ao Paiva – o que leva a supor que o próprio cenóbio possa ter sido centro de romagem. Incidindo sobre a arquitetura religiosa na época românica, Ferreira de Almeida explicou o quão importante foi a carga simbólica do lugar, na escolha de sítio para a fundação de uma igreja ou de um mosteiro¹⁴. Nessa perspetiva, a sacralidade do lugar, conferida pela presença de relíquias em Riba Paiva e pela vida eremítica – ancorada na figura de D. Roberto –, ajuda-nos a compreender esta implantação monástica.

As Inquirições de 1258 atestam que o mosteiro foi edificado em propriedade reguenga, sendo do padroado e da apresentação régia¹⁵; revelam ainda como o

⁹ MATTOSO, 1971: 18.

¹⁰ A relevância da propriedade costeira doada aos eremitas de Riba Paiva explica-se pela importância do sal e do pescado, «dois grandes vectores da economia medieval da época românica» (ALMEIDA, 1978: 129-145, vol. I).

¹¹ MATTOSO, 1971: 19-20.

¹² N. Resende ressalva a importância do Paiva, rio que, não sendo navegável, constituiu um canal de penetração entre o Douro e a Beira. No território de Montemuro, «as vias aproveitam os vales como forma de vencer os fortes desníveis de Montemuro e aqueles assumem o papel simultâneo de refúgio e passagem», com destaque para o Paiva, os dois ribeiros do Bestança, o Varosa e o Balsemão (RESENDE, 2012: 79 e 175).

¹³ MATTOSO, 1971: 35; BACKMUND, 1959: 419, 426, 437-438.

¹⁴ A escolha do lugar para a construção de uma igreja não seria arbitrária, partindo, muitas vezes, «de razões galvanizantes como aparição celeste, milagrosa, encontro prodigioso de relíquias ou de imagens». ALMEIDA, 1978: 7 (vol. II).

¹⁵ Pub. em [S.A.] 1936: 943.

cenóbio foi favorecido com inúmeras doações, com herdades, vinhas, soutos, casais, moinhos em lugares dispersos pelas atuais freguesias de Alhões, Castro Daire, Cinfães, Ermida, Monteiras, Moura Morta, Picão, Pinheiro, Reriz, Tarouquela e Tendais¹⁶. Em Alhões, metade da *villa* era reguenga e a outra metade pertencia ao *hermitagio Donni Roberti*¹⁷, tendo sido dada a povoar a D. Roberto por D. Mem Moniz e D. Cristina. Constituindo o vale do Bestança uma «faixa importante de povoamento que vai desde Porto Antigo, na margem do Douro, até Alhões, um dos povoados mais altos da serra»¹⁸, esta *villa* pode ter tido uma posição estratégica no contexto da ocupação da região; e o seu povoamento, por D. Roberto, será uma expressão do prestígio daquela figura e do seu cenóbio junto dos poderosos senhores de Riba Douro, e do seu papel nos processos de povoamento e organização territorial de Montemuro.

O local de fixação dos religiosos de Riba Paiva situava-se nas franjas do antigo território de *Anegia*, região que terá correspondido aos atuais concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses, Cinfães, Castelo de Paiva e Arouca, e onde se impôs a linhagem dos de Riba Douro, exercendo o seu governo desde os inícios do século XI (o que incluía a fundação e controlo da maior parte dos mosteiros da região)¹⁹. Inserindo-se num movimento que foi comum no período correspondente à consolidação do novo reino, a Ermida aparece envolvida nas políticas de povoamento e organização do território, associada quer à alta nobreza quer aos primeiros monarcas portugueses – a carta de foral de Pinhel é um outro testemunho dessas ligações²⁰.

Se hoje a situação do monumento nos parece algo isolada nas encostas sul da serra de Montemuro, na época de fundação monástica e nos séculos seguintes o cenóbio deve ter encabeçado um processo de profunda transformação daquela área: através da promoção do seu povoamento; da criação de uma rede de caminhos que se deve ter adensado à medida que aumentava a importância do cenóbio e se alargava o seu domínio; da construção da paisagem agrícola. Embora não seja possível reconstituir a totalidade do seu património²¹, os dados patenteados nas Inquirições e no foral concedido ao couto da Ermida por D. Manuel I (1514)²², bem como o direito de

¹⁶ CUNHA, 2015: 37-43.

¹⁷ [S.A.] 1936: 983.

¹⁸ GIRÃO, 1940: 90.

¹⁹ ROSAS & SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2009: 83-95.

²⁰ Em 1191 D. Sancho I incumbia o prior da Ermida de conceder carta de foral à povoação de Pinhel, no contexto de uma «política de organização territorial e administrativa desta região, tanto mais relevante quanto é vizinha do reino castelhano-leonês» (COSTA, 2010: 21).

²¹ O desconhecimento do paradeiro do cartório original inviabiliza o conhecimento da totalidade dos bens fundiários da casa monástica, bem como a extensão territorial dos seus domínios. RESENDE, 2012: 257-258.

²² O foral manuelino elencou os lugares que pertenciam ao mosteiro, espelhando a dispersão do seu património pelo território que constitui hoje o concelho de Castro Daire: a oriente, São Joaninho e Cujó,

padreado sobre as igrejas de Baltar, São Joaninho, Alhões, Reriz, S. Pedro de Ester e S. Eufémia de Vandoma, permitem conjecturar que o mosteiro terá controlado uma parte substancial da vertente meridional de Montemuro, com os seus domínios a estenderem-se ainda para o vale do Bestança e em redor de Castro Daire²³.

Referindo-se à Ermida, Ferreira de Almeida²⁴ evidenciou as potencialidades agrícolas do lugar, na meia encosta²⁵, entre a mancha mais extensa do monte, apta à pastorícia, e as áreas requeridas para o cultivo, sob a forma de socalcos que se sucedem até ao Paiva ou nas várzeas²⁶; nas Inquirições encontramos referências a vários soutos entre as propriedades doadas ou deixadas em testamento ao mosteiro²⁷. Assim, esta implantação monástica parece espelhar a trilogia que compunha o equilíbrio do ecossistema do território, imprescindível para a subsistência e desenvolvimento da comunidade religiosa²⁸.

A proximidade de recursos hídricos e o seu aproveitamento devem também ter influído na adoção do local de fundação monástica. Segundo Amorim Girão, na extensão do Paiva que segue de Castro Daire até Reriz – onde se inclui a Ermida – o rio corre sobre terrenos graníticos e as margens do vale são intensamente arborizadas e abundantes de nascentes de água, por oposição aos terrenos xistosos, menos férteis, que se sucedem após Reriz²⁹. Analisando as características climáticas de Montemuro, aquele geógrafo chamou a atenção para a vantagem das vertentes da serra orientadas a sul (como as encostas viradas para o Paiva), mais soalheiras e menos expostas aos ventos frios de norte³⁰. Esta situação favorável é bem perceptível ao observar-se a Ermida *in loco*, com o conjunto edificado a mostrar-se amplamente banhado pela luz do sol ao longo do dia. Com a igreja orientada de forma canónica, as dependências claustrais foram encostadas ao seu lado sul – «a banda da melhor exposição»³¹ –, numa solução muito frequente na época medieval. As parcelas remanescentes das suas dependências regulares constituem «um dos poucos testemunhos de claustros românicos em Portugal»³², devendo datar do primeiro quartel do século XIII.

e a ocidente, Ester; e, dentro dos limites do antigo couto, Carvalhosa, Codeçais e Sobrado/Sobradinho. ROSAS *et al*, 2013: 253.

²³ CUNHA, 2015: 37-43.

²⁴ ALMEIDA, 1986: 11 e 107.

²⁵ O edifício foi implantado na cumeada de uma pequena elevação a 380m de altitude. ROSAS *et al*, 2013: 248.

²⁶ Na várzea de Reriz o mosteiro tinha propriedades e moinhos. [S.A.] 1936: 925.

²⁷ [S.A.] 1936: 935 e 938.

²⁸ Sobre este assunto consulte-se ALMEIDA, 1978: 25-34 (vol. I).

²⁹ GIRÃO, 1940: 30.

³⁰ GIRÃO, 1940: 50-51.

³¹ ALMEIDA, 2001: 82.

³² ALMEIDA, 1986: 38-39.

Por último, não podemos deixar de sublinhar que aquela estrutura domina toda a paisagem envolvente, demarcando-se de qualquer outro edifício naquela extensão do vale, designadamente pelo modo como a sua fachada – de aspeto robusto, ritmada por dois volumosos contrafortes – se destaca naquelas encostas. Na época de fundação e desenvolvimento da casa monástica, o *Templo das Siglas* deverá ter constituído, de modo ainda mais expressivo, um sinal da humanização daquele território. Nesse sentido, a sua implantação remete-nos para a ideia que Ferreira de Almeida exprimiu ao frisar o quanto a igreja foi representativa para os homens daquela época, como sinal da posse e ocupação da terra, e garantia de uma certa segurança religiosa e psíquica dos seus moradores: «Com a sua torre e o seu sino, é um verdadeiro sinal de paisagem humana, estruturada e habitada»³³.

Em suma, podemos afirmar que a Ermida do Paiva é um exemplar pleno de significações para a compreensão do binómio lugar-arquitetura; a sua implantação apenas poderá ser plenamente apreciada se interpretada no contexto histórico e sociocultural da época, e se entendido o território – em que se estabeleceu – enquanto realidade complexa, nas suas múltiplas vertentes (como vimos, geográfica, política, económica, antropológica, etc.).

Embora apresente planimetria de nave única e uma abside, a Ermida afasta-se do esquema arquitetónico mais repetido nas igrejas românicas portuguesas, pelas dimensões/proporções invulgares do corpo da igreja e, sobretudo, pela complexa solução patenteada na cabeceira. Abobadada, a abside apresenta, no segundo tramo, remate poligonal interna e externamente – constituindo o único exemplar com esta configuração que chegou até nós, no panorama da arquitetura românica nacional³⁴, com exceção do absidiolo remanescente da cabeceira medieval da Sé do Porto³⁵. Em conjugação com a configuração poligonal da cabeceira, Ferreira de Almeida³⁶ observou no monumento beirão outras formas e modelos identificados como oriundos da região francesa do Limousin: o esquema de organização dos alçados dos portais e frestas de iluminação, com toros diédricos que assentam em colunas (ou colunelos) de diâmetro idêntico, com a transição a fazer-se através de

³³ ALMEIDA, 1978: 7 (vol. II).

³⁴ As capelas-mor das igrejas de Ferreira e Roriz apresentam remate poligonal, mas apenas internamente; o absidiolo remanescente da cabeceira de São Tiago de Coimbra mostra configuração poligonal no lado externo. Veja-se CUNHA, 2015: 65-71.

³⁵ Segundo Ferreira de Almeida a catedral portugalense, cujas obras terão arrancado no último quartel do século XII, apresentava uma cabeceira em charola, única no panorama nacional da época; era composta por capela-mor e deambulatório com três capelas radiantes e dois absidiolos laterais poligonais, numa solução com grandes semelhanças com exemplares do Centro-Oeste de França, como Beaulieu, Le Dorat, Solignac, ou ainda Souillac. ALMEIDA, 1978: 254 (vol. II); —, 1987: 31; —, 2001: 115.

³⁶ ALMEIDA, 1987: 31-32.

pequenos capitéis dispensando-se ábacos ou impostas³⁷; os capitéis de face diédrica (ábacos bipartidos) que se apresentam como solução de adaptação das arcadas aos espaços de planta poligonal³⁸.

O cotejo com a igreja de Noailles, situada perto de Brive-La-Gaillarde, permite-nos consolidar a tese do caráter limosino da Ermida. Com ambas as absides de planta poligonal, o alçado interno da capela-mor portuguesa apresenta claros paralelos com a igreja do Limousin, evidenciados na forma de organização das arcaturas cegas, que se apoiam em conjuntos de colunas duplas adossados aos ângulos formados pelos panos murários, e nos capitéis geminados de face diédrica³⁹. A reforçar a hipótese de o monumento francês ter servido de modelo para a obra beirã, destaca-se ainda a afinidade formal da escultura arquitetónica de um grupo de capitéis de ambas as absides⁴⁰.

Na Ermida, a nave mostra-se relativamente alta e sobretudo muito larga, se comparada com outros exemplares românicos de igrejas com uma nave – como Ferreira, Roriz ou Sanfins de Friestas. A largura acentuada da nave é perceptível do exterior, quando apreciada a fachada principal do templo; alta e particularmente larga, as proporções desta fachada parecem não ter paralelo nas nossas igrejas românicas de nave única. Esta característica, bem como o modo como foi organizado o seu alçado, levam-nos a propor o cotejo com a igreja do mosteiro de São João de Tarouca, implantado a cerca de trinta e cinco quilómetros. Apesar da diferença de escalas e programas planimétricos, a fachada ocidental do *Templo das Siglas* revela semelhanças com a fachada da igreja cisterciense: pela divisão da superfície murária em três panos, com recurso a dois contrafortes que se elevam quase até à empena; pela relação entre a largura do pano central e a dos panos laterais; e pelas próprias proporções do pano central e a relação destas com as dimensões do portal.

A hipótese de ligação entre os dois edifícios torna-se significativa se atentarmos na questão das marcas lapidares da Ermida – as quais, pelas suas características excepcionais, constituem um dos aspetos que singularizam esta obra no contexto da arquitetura portuguesa da época⁴¹. Ana S. e Castro e Luís Sebastian realizaram o estudo gliptográfico das estruturas medievais de Tarouca tendo, numa primeira

³⁷ Os portais e frestas da Ermida podem ser cotejados com exemplares das igrejas limosinas de Solignac, La Souterraine, Saint-Léonard de Noblat, Saint Robert, Meyssac, Lissac-sur-Couze. CUNHA, 2015: 74-75, 134-140 e 148-149.

³⁸ Para um maior desenvolvimento sobre este assunto consulte-se CUNHA, 2015: 79-80, 86-89 e 145-147.

³⁹ CUNHA, 2015: 82-89.

⁴⁰ Sobre esta matéria veja-se CUNHA, 2015: 144-145.

⁴¹ ALMEIDA, 1986: 15; —, 2001: 128.

abordagem a Salzedas e à Ermida do Paiva, constatado a utilização de um número considerável de siglas da obra tarouquense nestes dois monumentos⁴².

Torna-se imperativo considerarmos o fenómeno da implantação cisterciense na região das Beiras, com destaque para os mosteiros fixados no vale do Varosa – São João de Tarouca, Abadia Velha e Santa Maria de Salzedas. Estabelecendo-se, para a Ermida, uma baliza cronológica entre 1145 e 1214, verificamos que esta terá sido contemporânea daqueles grandes obradouros cistercienses⁴³. É inquestionável o impacto da fixação da Ordem de Cister entre nós, com aqueles monges a constituírem-se como «motores de desenvolvimento no tempo em que a sua presença foi, deveras, marcante na sociedade portuguesa», como expressa M. Alegria Marques⁴⁴. As suas siglas têm sido apontadas como uma das marcas da inovação trazida para Portugal⁴⁵; sinal de novidade para a arquitetura portuguesa da época parece também ser o sistema de abobadamento com recurso à abóbada de berço quebrado, com a colocação das abóbadas das naves colaterais no sentido transversal ao da nave central, num eficaz sistema de contrafortagem que se pode observar na igreja de Tarouca⁴⁶.

Outras obras como as igrejas de Cedofeita, Águas Santas, Roriz, Fandinhães e Travanca, e a sul do Douro a matriz de Armamar, apresentam a modinatura dos toros diédricos e capitéis sem ábaco, acusando a fortuna daquele sistema na arquitetura portuguesa da época; porém, nestes edifícios a marca limosina revela um carácter pontual – manifesta-se sobretudo pelo emprego da referida modinatura, e apenas em parte das frestas/portais –, diferenciando-se da Ermida do Paiva, onde se verifica um quadro de conjugação de soluções arquitetónicas, construtivas e de formas escultóricas de procedência limosina. Esta circunstância leva-nos a conjecturar sobre a presença na Ermida de um *magister operis* que conhecia e dominava os formulários da arquitetura medieval do Limousin, talvez mesmo oriundo dos estaleiros franceses. Por outro lado, impõe-se considerar a relação com Cister quando observamos a fachada principal do *Templo das Siglas* ou as abóbadas quebradas da sua capela-mor com abundantes siglas – como vimos, esta relação já se encontra demonstrada ao nível das marcas lapidares.

A explicação para as soluções e modelos do Centro-Oeste de França empregues na Ermida do Paiva tem sido associada à obra da Sé do Porto e ao impacto

⁴² Na Ermida os autores observam a existência de uma média de vinte e duas marcas de canteiro, «todas elas semelhantes às identificadas no mosteiro de S. João de Tarouca» (CASTRO & SEBASTIAN, 2010: 83).

⁴³ Com as obras iniciadas em 1152, a igreja de Tarouca foi sagrada em 1169; a estrutura que veio a ser conhecida como Abadia Velha terá sido fundada alguns anos após Tarouca. Em Salzedas a sagração do templo ocorreu em 1225. ALMEIDA, 2001: 135-136.

⁴⁴ MARQUES, 2006: 7.

⁴⁵ ALMEIDA, 1978: 48 (vol. II); —, 2001: 136.

⁴⁶ PAGARÁ, 2006: 54.

que aquela terá tido em toda a região portuense⁴⁷. Todavia, considerando o modo como na Ermida se reproduziram de modo tão completo (e mesmo sistemático, no caso da solução dos alçados de frestas e portais) formulários da arquitetura limosina, questionamo-nos se na igreja beirã se poderá ter constituído um ponto de receção desses formulários – à margem da catedral portugalense – e, a partir daí, a disseminação dos mesmos na região. Perante a evidência da ligação com os Cistercienses do vale do Varosa, interrogamo-nos se poderá residir no fenómeno construtivo de Cister nas Beiras, nos séculos XII e XIII, a chave para a compreensão das soluções forâneas aplicadas na Ermida. Terão os grandes obradouros cistercienses potenciado a propagação dessas formas e soluções pela construção então em curso no território de Montemuro e mesmo a norte do Douro?⁴⁸

Nesta problemática a questão das marcas lapidares parece revelar-se fundamental. Dos edifícios citados destaca-se a igreja de Armamar, na qual se evidencia a modinatura limosina nas frestas da cabeceira, bem como um modelo escultórico com afinidades formais com capitéis do *Templo das Siglas* e de igrejas do Limousin⁴⁹; por outro lado, o monumento patenteia siglas que têm sido comparadas com as dos edifícios cistercienses, nomeadamente Salzedas⁵⁰ – pelo que encontramos, nesta obra, pontos de contacto com a Ermida.

Julgamos que as características específicas da Ermida do Paiva – a singularidade das suas siglas (pela abundância e variedade de desenho, e pela relação com as construções cistercienses do vale do Varosa) e as ligações atestadas com a arquitetura medieval do Limousin – fazem deste monumento uma obra revelante para o estudo da arquitetura românica portuguesa. Partindo da Ermida, o levantamento e estudo de conjunto das marcas lapidares da região, à semelhança daquele já concretizado para São João de Tarouca, bem como outras metodologias aplicadas no mosteiro tarouquense (como a investigação sobre a proveniência dos elementos pétreos da construção⁵¹), poderão aportar novos contributos para o conhecimento do impacto das grandes obras cistercienses na construção da época; e ainda permitir formular hipóteses sobre os processos de transferência de formas, modelos e soluções na arquitetura medieval daquele contexto territorial.

FONTES:

[S.A.] (1936). *Portugaliae monumenta historica* [...]. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.

⁴⁷ ALMEIDA, 1987: 31.

⁴⁸ Para um maior desenvolvimento sobre este assunto consulte-se CUNHA, 2015:172-179.

⁴⁹ CUNHA, 2015: 76-77, 149-150 e 154-156.

⁵⁰ TEIXEIRA, 1999: 234-235.

⁵¹ Veja-se SEBASTIAN, 2013: 35-37.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. F. de (1978) – *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- (1986) – *O Românico*. Lisboa: Publicações Alfa.
- (1987) – *Influências Francesas na Arte Românica Portuguesa*. In *Histoire du Portugal, Histoire Européenne. Actes du Colloque* (1986). Lisboa-Paris: FCG, p. 27-36.
- (2001) – *O Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- AZEVEDO, Rui de (1958) – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. I, tomo I.
- BACKMUND, N. (1959) – *Les origines de l'Ordre de Prémontré au Portugal*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. XXII (fasc. 3-4), p. 416-441.
- BARROCA, M. J. (1995) – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- CASTRO Ana S. e; SEBASTIAN, Luís (2010) – *Estudo glíptográfico do Mosteiro de S. João de Tarouca*. In *Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular-Promontória Monográfica*. Faro: Universidade do Algarve, p. 79-90.
- COSTA, Paula P. (2010) – *Os forais de Pinhel*. Pinhel: Município de Pinhel.
- CUNHA, Cláudia (2015) – *Ermida do Paiva. Arquitetura e Escultura*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado.
- GIRÃO, Amorim (1940) – *Montemuro. A mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- GOMES, S. A. (2000) – *Premonstratenses*. In AZEVEDO, C. M., dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- LACERDA, A. de (1919) – *O Templo das Siglas. A Igreja da Ermida do Paiva*. Porto: Edição de autor.
- MARQUES, Maria A. F. (2006) – *Notas de Abertura. As Beiras e a presença de Cister*. *Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (2005). São Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, p. 7-8.
- MATTOSO, José (1971) – *Eremitas portugueses no século XII*. «Lusitania Sacra», 1.ª Série, Tomo 9, p. 7-40.
- PAGARÁ, Ana (2006) – *Caracterização morfotológica da arquitectura dos Cistercienses na região das Beiras*. In *As Beiras e a presença de Cister. Actas do I Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, p. 51-62.
- RESENDE, N. (2012) – *Fervor & Devoção: Património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro (séculos XVI a XVIII)*. Porto: FLUP. Tese de Doutoramento.
- ROSAS, Lúcia M. C.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de (2009) – *Território, Senhores e Património*. In ALVES, J. F., coord. – *Marco de Canaveses. Perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, p. 81-116.
- ROSAS, Lúcia M. C.; BOTELHO, Maria L.; RESENDE, Nuno (2013) – *Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas*. «Revista da Faculdade de Letras: ciências e técnicas do património», Vol. XII. Porto: FLUP, p. 245-262.
- SEBASTIAN, Luís (2013) – *Mosteiro de S. João de Tarouca: da investigação à musealização*. In *Atas das 1.as Conferências do Museu de Lamego/CITCEM*. Lamego, Museu de Lamego/ CITCEM, p. 35-37.
- TEIXEIRA, Ricardo (1999) – *Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro*. In *Cister no Vale do Douro*. GEHVID, Edições Afrontamento, p. 191-242.



Fig. 1 e 2.
Vistas do local de
implantação da
Ermita do Paiva
(fotografias da
autora).



Fig. 3.
Local de implantação
monástica no vale do
rio Paiva (imagem
Google Earth).



Fig. 4.
Fachadas principais das igrejas da Ermida do Paiva e de São João de Tarouca (fotografias da autora).



Fig. 5. Capelas-mor das igrejas da Ermida do Paiva (fotografia da autora) e de Noailles/Corrèze/Limousin (origem: Peter Potrowl, Wikimedia Commons, Église de l'Assomption-de-Notre-Dame de Noailles).